

rolarão dívidas

Pública

por Rodrigo Mesquita
e Alexandre Pinheiro
de Brasília

O governo já definiu o modelo de renegociação das dívidas mobiliárias dos estados. A idéia, segundo um assessor do ministro da Fazenda, Pedro Malan, é trocar as carteiras de títulos estaduais por papéis federais. Em contrapartida, os estados assinariam um contrato com a União com prazos e taxas de juro iguais aos da dívida externa do País. O prazo médio da dívida do Brasil é de trinta anos e os juros cerca de 6% ao ano acima da taxa básica de Londres, a "Libor".

Ontem, em debate na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado sobre as dívidas estaduais, Malan confirmou, sem dar detalhes, que os parâmetros dessa renegociação serão mesmo estes. "Será uma variante do que foi feito com a dívida externa e contratual", disse ele.

Malan disse também, no Senado, que o governo aceita discutir a inclusão dos débitos de empresas estatais estaduais nos limites da Lei 8.727, que renegociou a dívida contratual dos estados em 1993. A lei prevê um comprometimento anual de 11% das transferências da União para os estados. O ministro afirmou, entretanto, que será necessária alguma contrapartida dessas empresas, que teriam de responder com suas receitas.

Como a maioria dessas empresas apresenta prejuízos ou receitas pequenas, a

(Continua na página A-3)

Como os estados rolarão ...

por Rodrigo Mesquita
e Alexandre Pinheiro
de Brasília

(Continuação da página A-1)

saída será algum tipo de compromisso na linha da privatização, para que elas possam responder por essas dívidas, explicou o assessor do ministro. O ministro do Planejamento, José Serra, que também participou do debate, negou, entretanto, que o governo pense em condicionar qualquer renegociação a compromissos com a privatização.

Para os pequenos estados, com dívidas que estão inviabilizando sua gestão, a solução será uma negociação na qual a União entrará, de alguma forma, garantindo dinheiro novo, disse a mesma fonte. Ontem, ao sair de um encontro no Ministério da Fazenda o governador de Rondônia, Waldir Raupp, disse que precisava de R\$ 162 milhões para "arrumar a casa" e que Parente ficou de lhe responder em uma semana. Raupp informou que a dívida total de Rondônia é de R\$ 940 milhões e que a receita mensal, de R\$ 38 milhões, mal dá para os compromissos inadmissíveis. Só a folha de pagamento consome R\$ 29 milhões.

Tanto Serra quanto Malan insistiram, durante o debate, que a solução das dívidas, com exceção da mobiliária, será discutida caso a caso. O governo não pretende, porém, rever os limites da 8.727, porque considera que dentro da lei existe espaço para uma negociação. "Há espaço e escopo para lidar com os proble-

mas dos estados que atingiram o teto de 11%", afirmou o ministro da Fazenda.

Ontem, quatro governadores, além de Waldir Raupp, estiveram na Fazenda. Divaldo Suruagy, de Alagoas, Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte, Paulo Afonso Vieira, de Santa Catarina, e Victor Buaiz, do Espírito Santo, foram recebidos pelo secretário-executivo, Pedro Parente, e pelo secretário do Tesouro, Murilo Portugal, que não fizeram nenhuma proposta.

Garibaldi Alves Filho, entretanto, saiu do encontro com a sensação de que o governo vai cobrar algum tipo de ajuste em troca do refinanciamento. Ele disse que espera um financiamento de médio prazo com juros razoáveis, pois não quer recorrer a Antecipações das Receitas Orçamentárias (ARO). "Isso é um suicídio", disse ele. O mercado vem cobrando até 15% ao mês nessas operações. Alagoas, segundo Divaldo Suruagy, vem pagando, em média, 8%.

No debate na comissão, os senadores pediram interferência do governo para baixar esses juros. Pediram, também, que o governo volte a autorizar as ARO nos bancos estaduais, hoje proibidas. Serra disse que não seria possível essa volta. "Como um presidente de banco, indicado pelo governador, vai conseguir cobrar?", perguntou ele. Malan respondeu que já estava conversando com os bancos privados para tentar reduzir os juros.

Serra e Malan disseram aos senadores que a renegociação das dívidas estaduais tem de ser tratada levando-se em consideração a consolidação da estabilidade econômica. "Esse é o objetivo anterior e superior e as contas públicas são variáveis essenciais da estabilização", afirmou o ministro da Fazenda.

O ministro do Planejamento argumentou que a situação dos estados e municípios é "muito grave", mas não tem a ver com o Fundo Social de Emergência (FSE) ou queda de receitas. Serra mostrou números apontando que o FSE não tirou dinheiro dos estados e que houve crescimento das receitas. Aproveitou para defender mais uma vez o FSE, sem o qual, diz ele, não será possível alcançar o equilíbrio orçamentário.

O principal problema, segundo os dois ministros, são as despesas com pessoal. Os ministros vincularam a solução para as finanças estaduais à aprovação da reforma administrativa. O Rio Grande do Norte tem uma receita mensal de R\$ 47 milhões, dos quais 84% são gastos com a folha de pagamento, contou Alves Filho.

Vitor Buaiz, do Espírito Santo, disse, segundo o relato de seu secretário da Fazenda, Rogério Medeiros, que os salários consomem 99% das receitas de R\$ 84 milhões ao mês. Buaiz pediu R\$ 80 milhões ao governo para conseguir atravessar os sessenta dias de prazo para a liberação de um empréstimo externo de R\$ 150 milhões já acertado.